

Palocci anuncia planejamento de metas de longo prazo

O alvo das medidas é a redução da dívida pública, dos juros e da carga tributária

SABRINA LORENZI
Rio

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, revelou que o governo está se articulando para estabelecer metas fiscais de dez anos. A meta de longo prazo tem como alvo a redução da dívida pública, dos juros e da carga tributária — que seriam alcançados no curto prazo. “Se não apenas reafirmarmos nosso compromisso fiscal, mas dissermos que vai durar de dez a quinze anos, vamos descobrir que podemos crescer de 5% a 6% ao ano, com taxas de juros menores, com mais emprego e evolução mais adequada do endividamento”, afirmou.

O anúncio foi feito quando o ministro rebatia acusações de que seria o culpado pela falta de recursos necessários à prevenção da febre aftosa e a projetos de segurança pública, este último culminando na escolha da população pela comercialização de armas e munições.

“Quando não há recursos me responsabilizo sim, mas não foi o caso. Se há uma coisa na nossa história é a questão fiscal e eu não vou me dobrar a esse tipo de argumento. Há pessoas

que pensam que é dispensável. Queremos definir compromisso fiscal de longo prazo”, disse o ministro em entrevista coletiva. Palocci abriu a Conferência Internacional da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) ‘Investimento para o Desenvolvimento fazendo Acontecer’, realizado na sede do BNDES, no Rio.

“Garantir que a dívida pública vai cair faz bem para qualquer política pública a não ser uma política tresloucada”, completou. Em seguida, o ministro admitiu que a



Antonio Palocci

política de longo prazo permitirá aliviar impostos e estimular investimentos. Para ele, o compromisso fiscal por um prazo de dez anos faria com que mercados respondessem mais rapidamente com redução de juros, riscos e conseqüentemente o custo de investimentos. O governo também teria mais sobra em caixa para aplicar em infraestrutura e recursos suficientes para a redução tributária.

O ministro destacou que está em discussão no governo um ‘mix’ de políticas mais adequadas para a construção do processo de crescimento. “Estabilizar o Brasil no longo prazo, garantir que a dívida pública tenha uma trajetória de queda faz

bem a qualquer política econômica”, disse. “Não abro mão do compromisso fiscal. O compromisso fiscal que observamos desde o primeiro dia do governo é um dos principais responsáveis pelos bons resultados econômicos do País.”

Os investimentos, pelo que conta o ministro, dependem mais da estabilidade e consistência da política econômica do que pelo nível de impostos. A declaração responde a indagações sobre o fim da MP do Bem. “O tributo é apenas um elemento. O ponto central é a perspectiva de longo prazo de estabilidade e a existência de regras.”

Palocci falou da negociação para incluir benefícios fiscais da MP do Bem na MP 255, em discussão no Congresso. Entre pontos que tratou como fundamentais na defesa da medida, a isenção de PIS/Cofins para exportadores, bem como estímulos tributários para inovação e construção civil. O setor de informática também foi defendido graças à formalização decorrente de incentivos. Mas ele ressaltou que “a Câmara e o Senado vão incluir um volume enorme de outras medidas”, o que está forçando a uma negociação entre legislativo e executivo.

Ele afirmou ainda sobre a MP, que diversos pontos ainda precisam ser equacionados, como a questão dos precatórios de pequeno valor, que têm exigido gastos cada vez maiores e não estão previstos no orçamento.